

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001948/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/08/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR050908/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46271.002767/2017-31
DATA DO PROTOCOLO: 11/08/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB NA INDUSTRIA DE ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL, CNPJ n. 88.661.681/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IRLEI CORREIA;

E

SIND DA INDUSTRIA DO TRIGO NO ESTADO DO RIO GRANDE SUL, CNPJ n. 92.818.590/0001-82, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). FELIPE SERRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2017 a 30 de dezembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Indústria de Alimentação**, com abrangência territorial em **Antônio Prado/RS, Carlos Barbosa/RS, Caxias Do Sul/RS, Farroupilha/RS, Flores Da Cunha/RS, Garibaldi/RS, São Marcos/RS e Veranópolis/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Aos empregados admitidos após a data base e os que vierem a ser admitidos durante a vigência do presente acordo, com exceção do menor aprendiz e do exercente da função de contínuo, desde que menor, fica assegurado um salário normativo mínimo de R\$ 1.258,40 (um mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) mensais, ou seu equivalente em semanas, dias ou horas, salário este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

a - O salário normativo só se tornará real após o decurso e cumprimento de período de experiência que, para efeito, ficara estabelecido pelo prazo máximo de noventa (90) dias.

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO DE EXPERIÊNCIA

Enquanto contrato de experiência, que unicamente para esse efeito de salário normativo deverá ser de noventa (90) dias, os empregados terão um salário de admissão de R\$ 1,155,00 (um mil cento e cinquenta e cinco reais), salário este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

CLÁUSULA QUINTA - NÃO VINCULAÇÃO COM O SALÁRIO MÍNIMO LEGAL

Os salários normativos mínimos e o de experiência não serão considerados salários profissionais ou substitutivos do salário mínimo legal.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA SEXTA - VARIAÇÃO SALARIAL

As empresas concederão a partir de 1º de janeiro de 2017 à todos os seus empregados, admitidos até 1º de janeiro de 2016, uma variação salarial para efeito da revisão da Convenção Coletiva de Trabalho, correspondente ao percentual de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), a incidir sobre os salários praticados no mês de janeiro de 2016 e resultantes da Convenção Coletiva de Trabalho anterior.

a - As diferenças oriundas da presente convenção, serão satisfeitas junto com a folha de pagamento do mês de maio de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - PROPORCIONALIDADE

Os empregados admitidos entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 terão seus salários reajustados pelo único critério de escalonamento abaixo, entendido como mês completo, para os efeitos desta cláusula, a fração igual ou superior a quinze (15) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (1º de janeiro de 2017).

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Admissão

Percentual para a folha de janeiro/2017

Janeiro 2016	6,58 %
Fevereiro 2016	6,03%
Março 2016	5,48%
Abril 2016	4,93%
Mai 2016	4,38%
Junho 2016	3,83%
Julho 2016	3,29%

Agosto 2016	2,74%
Setembro 2016	2,19%
Outubro 2016	1,65%
Novembro 2016	1,09%

CLÁUSULA OITAVA - LIMITAÇÃO DO SALÁRIO DO EMPREGADO MAIS NOVO

Os reajustes previstos terão por limite máximo aqueles percebidos por empregado mais antigo, exercentes da mesma função, na mesma empresa.

a - O salário dos empregados vinculados a empresa pertencente ao Sindicato Econômico são legalmente considerados e composto pela presente revisão até a data base da Categoria situada em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA NONA - INCIDÊNCIA DOS REAJUSTES SOMENTE SOBRE A PARTE FIXA DOS SALÁRIOS

Os reajustamentos previstos na presente revisão não se estendem às remunerações variáveis percebidas com base em comissões percentuais, aplicando-se tão somente à parte fixa de salário misto pelo empregado assim remunerado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTO EM FOLHAS DE PAGAMENTO

Fica convencionado que, desde que autorizado por seus empregados, as empresas poderão descontar dos salários dos mesmos os valores decorrentes de empréstimos, programas de cesta básica, farmácia, médicos, dentistas, óticas, mensalidade sindical, mensalidade da Associação de Funcionários, planos de saúde, seguros e convênios - será facultado aos empregados revogarem a autorização concedida fazendo isto por escrito, respeitados os compromissos já assumidos e/ou cumpridos pelos empregados

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO

Com a concessão dos reajustes mencionados, fica integralmente cumprida pelas empresas integrantes da categoria econômica toda a legislação aplicável no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, incluindo todos os diplomas legais pertinentes à política salarial do aludido período, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais previstos, formarão base para eventual procedimento coletivo futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO PERÍODO REVISANDO

As variações até agora previstas serão praticadas a partir de 1º de janeiro de 2017, e quaisquer aumentos concedidos entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 poderão ser utilizados para compensação com os mesmos, de vez que os percentuais de aumentos, ora concedidos, incorporam todos os reajustes salariais, espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

a - Os aumentos espontâneos ou coercitivos, com exceção dos concedidos neste acordo, praticados a partir de 1º de janeiro de 2017 e na vigência do presente acordo, poderão ser utilizados como antecipações e para compensação em procedimento coletivo futuro, de natureza legal ou não, de feito revisional ou ainda decorrente de política salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISCRIMINATIVOS DOS SALÁRIOS

As empresas fornecerão aos empregados os envelopes de pagamento ou similares, com identificação da empresa e discriminação das parcelas pagas e dos descontos efetuados.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUINQUÊNIO

As empresas concederão um adicional de 2% (dois por cento) sobre os salários contratuais dos empregados, para cada quinquênio de serviço prestado à mesma empresa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ESCOLAR

As empresas concederão um auxílio - escolar no valor de R\$ 547,00 (quinhentos e quarenta e sete reais), aos empregados estudantes ou que tenham filhos em idade escolar, desde que solicitem por escrito, a ser pago a partir de fevereiro de 2018 respeitados os seguintes requisitos:

a – Um auxílio por empregado.

b - Comprovação de frequência no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do estudante no curso em que estiver matriculado, comprovado pelos meios legais, em instituição de ensino reconhecida oficialmente, no final do período de estudo

c - Ressarcimento por parte do empregado à empresa, caso não seja satisfeito o sub-item anterior.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO DOENÇA

Unicamente para efeito de gratificação natalina, será computado o período em que o empregado tiver percebido auxílio-doença, desde que inferior a 181 (cento e oitenta e um) dias, o empregado retorne ao serviço dentro desse período e não esteja sendo paga pela previdência social.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrendo falecimento de empregado, a empresa pagará ao conjugue ou aos dependentes mediante comprovação da habilitação perante a Previdência Social, o valor equivalente a (dois) salários normativos, vigentes na data do óbito.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÕES NAS RESCISÕES

A assistência prevista no Art.477 da CLT. Verificar – se- à em todas as rescisões do contrato de trabalho que já tiverem vigendo por mais de cento e oitenta (180) dias, obrigando se o Sindicato Profissional a manter uma pessoa habilitada e credenciada a proceder dita assistência, em todas as cidades abrangidas pelo presente acordo.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPENSA DE CUMPRIMENTO

Em caso de despedida ou pedido de demissão do empregado sem justa causa, as empresas dispensarão o empregado do cumprimento do aviso prévio, com a imediata anotação da data na Carteira do Trabalho e Previdência Social e sem prejuízo das verbas rescisórias, porém, somente, a partir do momento em que o

empregado tiver obtido outro emprego, devidamente comprovado.

a - Em caso de dispensa parcial ou total, as empresas ficarão isentas do pagamento dos dias restantes do aviso prévio e das repercussões proporcionais incidentes sobre a parte do pré-aviso dispensado em férias proporcionais, 13º salário proporcional, FGTS.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CURSOS NÃO CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Não será considerado como tempo extra à disposição da empresa, o tempo despedido pelos empregados que participarem de cursos de aperfeiçoamento, treinamento, desenvolvimento ou formação profissional em horário normal de trabalho

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE VESPERA DE APOSENTADORIA

As empresas concederão, à opção do empregado, mediante prévia comunicação deste a elas que se encontra no período de 12 (doze) meses que antecedem a sua aposentadoria (integral ou proporcional), estabilidade durante aquele prazo ou garantia de salários por igual período, desde que não cometa falta grave e tenha mais de 04 (quatro) anos consecutivos de atividades na mesma empresa.

a- desde que solicitado pela empresa, o empregado deverá comprovar por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, sua condição de aposentado, sob pena de não beneficiar –se desta vantagem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO

Se ocorrerem feriados municipais ou federais de segunda às sextas - feiras os empregados não sofrerão qualquer redução nas horas pela falta de compensação desse feriado; conseqüentemente receberão a

semana de 44 (quarenta e quatro) horas mais o respectivo repouso semanal. Assim também se ocorrer de um desses feriados recair em sábados, as empresas não terão outros encargos pagando tão somente as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, mais o respectivo repouso aos que preencherem os requisitos legais

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

As empresas, respeitando o número de horas de trabalho contratual, poderão ultrapassar a duração normal de oito horas diárias, até o máximo legal permitido (2 horas), visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, inclusive aos sábados, sem que esse acréscimo seja considerado como horas extras, ressalvada, quando se tratar de empregada ou empregados menores, a existência de autorização médica, garantindo o repouso semanal remunerado de um dia independente de feriados.

a - Uma vez estabelecido o regime de compensação, somente poderá ser alterado com a concordância expressa dos empregados e homologação do Sindicato Suscitante.

b - Instituído o regime de compensação que trata o presente item, as empresas poderão continuar a contratar seus empregados com horário compensado, ficando estabelecido que, enquanto o horário de trabalho não for modificado pelo consenso da empresa e empregados, com a homologação do Sindicato, será respeitado como horário normal, não sendo consideradas como extraordinárias as horas destinadas à compensação.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS - FRACIONAMENTO

As empresas poderão fracionar os períodos de férias de seus empregados em até 02 (duas) vezes, garantindo-se que os períodos concedidos não sejam inferiores a 15(quinze) dias, não podendo as mesmas iniciarem em sextas – feiras e em véspera de feriados.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ARTIGO 60 DA CLT

A verificação prévia prevista no artigo 60 da Consolidação das Leis do Trabalho poderá ser realizada por médico do trabalho, com registro no Ministério do Trabalho e indicado pela empresa.

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO E USO

Os uniformes e equipamentos de proteção e segurança, quando exigidos pela empresa, serão fornecidos gratuitamente aos empregados que se obrigam a usá-los quando em serviço, e devolve-los por ocasião da rescisão do contrato de trabalho.

Relações Sindicais

Representante Sindical

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DESCONTO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES

Por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos Trabalhadores, nos termos do que determina o art. 513 alínea "e" da CLT, bem como a Súmula 86 do E.TRT4/RS, as empresas ficam obrigadas a descontar de todos os seus empregados, beneficiados ou não com a presente revisão, a importância equivalente a 2 (dois) dias de salário devidamente reajustados, sendo um dia na folha do pagamento do mês de maio de 2017, e de um dia na folha de pagamento do salário do mês de novembro de 2017 para fins de assistência social, recolhendo as importâncias aos cofres do Sindicato Profissional até o 5º (quinto) dia subsequente ao desconto, em guias devendo conter discriminados valor da remuneração e do desconto, abrangendo, os safristas e empregados admitidos após a data base, cujo desconto deverá ser processado no 2º (segundo) salário a ser pago.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - EVENTUAIS DÚVIDAS E/OU CONTROVÉRSIAS

As dúvidas e/ou controvérsias eventualmente surgidas em decorrência dos termos do presente serão dirimidas pela Justiça do Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do presente acordo por parte das empresas, fica estabelecida uma multa de 30% do salário normativo da categoria em benefício ao trabalhador.

IRLEI CORREIA
Presidente
SIND DOS TRAB NA INDUSTRIA DE ALIMENTACAO DE CAXIAS SUL

FELIPE SERRA
Procurador
SIND DA INDUSTRIA DO TRIGO NO ESTADO DO RIO GRANDE SUL

ANEXOS
ANEXO I - ATA 01

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA 02

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA 03

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - ATA 04

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO V - ATA 05

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VI - ATA 06

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.